

Palocci pede coesão nacional pelo crescimento

Ed Ferreira/AE

Em reunião do Conselho, ministro reafirma ainda compromisso com controle de gasto público

ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fez ontem, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um apelo a empresários e sindicalistas para que participem do esforço de coesão nacional em torno de uma agenda de crescimento econômico.

Palocci exibiu dados que apontam para o crescimento de diversos setores da economia este ano. “O processo de desenvolvimento econômico está começando a se disseminar pela economia”, garantiu ele.

O ministro reafirmou a política econômica e afastou a possibilidade de o governo reverter o controle de gastos praticado desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Àqueles que ainda defendem ousadia do governo na condução da política econômica, Palocci mandou um recado direto: “A ousadia consiste em ser consistente na busca das metas”.

A agenda para o desenvolvimento econômico, segundo o ministro, não se constrói apenas com esforço solitário do governo. “Uma agenda como essa não se faz pelo esforço só do governo. Ou há uma coesão no País em torno desses objetivos fundamentais e de outros que possam ser de comum acordo compartilhados ou os avanços não serão significativos”, afirmou.

O crescimento econômico sustentado, na avaliação de Palocci, será alcançado, mas para isso o governo ainda tem de persistir, por mais alguns anos, no ajuste fiscal. “O Brasil precisa de um ajuste prolongado para que seja definitivo”, disse ainda o ministro a platéia de empresários e sindicalistas. “É preciso esforço. É preciso ter unidade nos objetivos do País”, acrescentou.

Palocci contou que muitas vezes é indagado se já não é hora de o governo abrandar o aperto fiscal. Quando isso ocorre, lembra, a resposta é que a política fiscal “segura e responsável” tem apenas um ano e quatro meses.

“Que saia de nosso dicionário, da nossa agenda, os desequilíbrios freqüentes que marcaram a história econômica do País”, disse. Só assim, explicou, haverá crescimento consistente, que possa interferir de maneira sadia no desenvolvimento econômico do País.

Sem citar a expressão “herança maldita”, Palocci disse que nos primeiros quatro anos do real não houve superávit fiscal suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, que foram financiadas com o aumento da carga tributária. No primeiro ano do governo Lula, o ajuste fiscal foi praticado sem que houvesse um aumento da carga tributária, insistiu.

Medidas – Antonio Palocci enumerou as medidas que estão sendo adotadas dentro da chamada Agenda de Desenvolvimento, entre elas a redução do custo de capital, para melhorar a eficiência, a produtividade e o ambiente de negócios.

“Estamos criando melhor ambiente de negócios para as empresas”, disse. Além disso, ele destacou os projetos de incentivo à Construção civil e para o desenvolvimento do mercado imobiliário, que estão em tramitação no Congresso.

O ministro se referiu também à possibilidade da concessão de empréstimos em consignação com a folha de pagamento e a conta investimento - que permite a troca de aplicações financeiras sem a inci-



Palocci, na reunião do CDES: ‘O Brasil precisa de um ajuste prolongado para que seja definitivo’

dência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), além do projeto de Lei de Falências, em tramitação no Senado.

Palocci adiantou outras medidas que serão anunciadas em breve pelo governo, como a concessão de incentivos à

formalização das atividades dos pequenos empreendedores, às de turismo e obras de saneamento, habitação popular e agricultura familiar.

No pronunciamento, exibiu dados sobre o crescimento da produção industrial no primeiro trimestre do ano, o aumento das vendas e do número de horas trabalhadas na indústria e da recuperação na produção de bens semi e não-duráveis, que considera como um importante indicador.

Sobre o emprego, o ministro lembrou que foram criadas liquidamente (abertura de vagas menos fechamento) 347 mil novos empregos formais nos últimos três meses, o maior indicador dos últimos 12 anos.

Aos conselheiros, ele explicou que, apesar disso, a taxa de desemprego tem aumentado em razão do crescimento do número de pessoas que estão à procura de novos empregos. Há também, destacou, o importante deslocamento do emprego de regiões metropolitanas para o interior do País.

Custos - O ministro fez uma análise retrospectiva do cenário econômico nas últimas décadas para afirmar que a economia brasileira teve um longo período de financiamento do déficit por meio de imposto inflacionário.

Os planos econômicos, lembrou, conseguiam, num primeiro momento, levar a inflação para baixo, mas acabavam tendo curta duração e fazendo com que a inflação voltasse num patamar ainda

mais elevado. “As medidas de combate à inflação tiveram seu valor, mas não significaram um ajuste definitivo.”

O Plano Real, disse o ministro, trouxe o controle inflacionário, mas, ao mesmo tempo, trouxe fragilidade para as contas públicas. O prolongamento da âncora cambial, por sua vez, provocou grave deterioração das contas externas, levando o País a ter um período de dez anos com déficit em conta corrente e seis anos de déficit na balança comercial.

O desequilíbrio fiscal, ressaltou, passou então a ser financiado pelo aumento da carga tributária, que chegou a 36% do Produto Interno Bruto (PIB). “Deixamos de nos financiar com inflação e passamos a nos financiar com impostos”, afirmou.

Ele reconheceu, no entanto, que um dos indicadores econômicos se deteriorou nos últimos quatro anos: a relação dívida pública/PIB. Ao final de 2000, essa dívida correspondia a 48,8% do PIB, ante 57,5% em abril.

“A ousadia consiste em ser consistente na busca das metas definidas”

Antonio Palocci, ministro da Fazenda